



Opinião

M. Graça Carvalho

Entre a crise das vacinas e uma guerra comercial

Não há outra forma de o dizer: a União Europeia (UE) tem um problema sério com as vacinas da covid-19. As dúvidas em relação à fórmula de Oxford/AstraZeneca, agora também suspensa em Portugal, são apenas mais uma contrariedade num processo que já se vem tornando insustentável há algum tempo.

Por falta de lotes disponíveis não estamos a conseguir imunizar os nossos cidadãos ao ritmo previsto, com consequências em termos de saúde pública e na retoma da atividade económica. Ao mesmo tempo, somos os maiores exportadores mundiais de vacinas. E para países que estão longe de nos demonstrar reciprocidade.

Em seis semanas, de acordo com uma contabilidade recente, a Europa exportou 36 milhões de doses. O Reino Unido e os EUA, com percentagens de população vacinada infinitamente superiores às da UE (que continua abaixo dos 10%), são os principais importadores. Mas ambos têm bloqueado ou condicionado as vendas para o espaço europeu.

No caso dos norte-americanos, apesar das promessas de abertura de Joe Biden, vigora um embargo formal às exportações em tudo semelhante à famosa doutrina "America First" de Donald Trump. Os britânicos, embora sem essa posição oficial, estão na prática focados no abastecimento doméstico, com a agravante de a vacina que produzem estar a suscitar dúvidas quanto à sua segurança.

Neste contexto, ao nível da UE, têm crescido os apoiantes de um bloqueio integral às exportações. Este, sublinhe-se, não iria afetar os países pobres e em desenvolvimento, abrangidos por um



Assegurar o sucesso deste processo de vacinação era o grande desafio destes seis meses. António Costa ainda vai a tempo de se afirmar a nível europeu.

mecanismo específico de cooperação – o COVAX – que, de resto, foi recentemente reforçado em mais 500 milhões de euros pela Comissão Europeia. No entanto, não deixaria de ser uma opção indesejável e com os seus próprios riscos.

Desde logo, o risco de represálias, nomeadamente por parte de países fornecedores de componentes indispensáveis para a produção das vacinas. Em poucas palavras: abriria o caminho a uma guerra comercial. Mas também por penalizar a BionTech/Pfizer e a Moderna, que, sendo as grandes exportadoras de vacinas "made in the EU", são as únicas que têm cumprido escrupulosamente os contratos assinados com a Comissão Europeia.

Não é culpa destes fabricantes que vários Estados membros – dos quais Portugal é um exemplo notório – tenham abdicado de jogar pelo seguro, encomendando a totalidade das quotas que lhes cabiam em cada diferente vacina, em vez disso apostando as suas fichas nas soluções que lhes pareciam mais práticas, eventualmente mais económicas, mas que agora lhes estão a sair caras.

Outra questão em cima de mesa, até face à posição atual dos nossos tradicionais aliados, é o recurso a vacinas de origem russa e chinesa. Pessoalmente, não tenho objeções de princípio a qualquer vacina, desde que esta passe por uma avaliação rigorosa da Agência Europeia do Medicamento. Por outro lado, movimentações negociais isoladas de Estados membros, como aquelas a que temos assistido nos últimos tempos, só servirão para fragilizar a posição conjunta da Europa.

Em qualquer destes cenários, impõe-se uma reação musculada por parte da União Europeia, quer junto dos fabricantes quer dos países que estão a contribuir para a atual situação. A esse respeito – e digo-o com genuína tristeza –, a Presidência Portuguesa do Conselho tem primado por um ensurdecido silêncio e por uma confrangedora inação. Como já o referi, assegurar o sucesso deste processo de vacinação era o grande desafio destes seis meses. António Costa ainda vai a tempo de se afirmar a nível europeu, mas, para que isso suceda, tem de rapidamente arregaçar as mangas e agir.

Eurodeputada do PSD



Opinião

Jorge Costa Oliveira

Adiar moratórias, atribuir apoios diretos rapidamente

No passado dia 12 de março o governo anunciou um conjunto de apoios à economia e ao emprego num valor de 7000 milhões de euros. Alguns são novos apoios, a maioria não.

Na apresentação disponibilizada, mencionam-se medidas de desagravamento fiscal, há medidas relativas ao emprego, à cultura, ao desporto e apoios às empresas.

Mesmo com medidas repetidas ou requeantadas, é evidente o esforço que tem vindo a ser feito pelo governo para mitigar a situação calamitosa em que a pandemia de covid-19 deixou as famílias e as empresas. E esse esforço deve ser tanto mais reconhecido quanto ocorre num período em que a administração pública sofreu quebras de eficiência como resultado da pandemia e da fragmentação das equipas de trabalho. Dito isto, é importante reiterar que há opções que foram feitas que não tiveram o resultado pretendido. A opção de fazer chegar o grosso dos apoios às empresas através da banca não resultou bem. Mesmo pondo a SPGM a dar dezenas de milhares de garantias de 80-90% a pedidos de crédito bancário, os bancos não prescindiram de fazer a análise do risco do crédito.

A máquina da Segurança Social também não foi capaz de dar vazão à enxurrada de novos processos. Como resultado, muitas empresas e trabalhadores não re-

ceberam, ou receberam tarde e parcialmente, apoios. Tudo isto, porém, é compreensível; a velocidade do colapso económico decorrente dos confinamentos e da semiparalisação das estruturas produtivas e da procura doméstica e internacional são de um grau nunca experienciado e comprimido num curto espaço temporal. E o governo de Portugal trabalhou com determinação para tentar mitigar os problemas da crise económica e social criadas.

Mas numa situação de crise não basta determinação. É preciso que os responsáveis tenham a humildade de perceber quando as medidas gizadas não funcionam e equacionar alternativas, ao invés de ficar à espera que a realidade se adeque aos nossos desejos. É por isso que é necessário ponderar outras formas de ajudar as PME a sobreviver neste período e no reinício da retoma da atividade pós-vacinação da população adulta.

As moratórias públicas de crédito devem ser prorrogadas até pelo menos setembro de 2021, seguindo a sábia prorrogação, por nove meses, dos períodos de carência das linhas de crédito com garantia de Estado. O presidente da CGD já explicou bem o risco de tsunami de crédito malparado se tal não suceder. A função do governo é encontrar formas de isso suceder e não se conformar com o parecer da Autoridade Bancária Europeia.

A miséria social cresce diariamente. É necessário fazer chegar dinheiro às famílias rapidamente. Os presidentes dos EUA – o anterior e Biden – não são conhecidos por serem favoráveis a aumentos de salários mínimos ou a atribuição de verbas que "estimulem a vadiagem" ou "desincentivem a procura de emprego". E, todavia, ambos tiveram a inteligência de ler a realidade social e perceber que era urgente fazer chegar ajuda financeira às famílias. E fizeram-no através da emissão de cheques para as classes de rendimentos mais baixos. Como já em abril de 2020 o ministro de Estado e da Economia declarou, é preciso fazer chegar o dinheiro rapidamente às empresas. Agora é repensar as vias e as formas de dar execução de forma eficaz ao que já há muito se identificou como o principal problema.



“Numa situação de crise, não basta determinação. É preciso que os responsáveis tenham a humildade de perceber quando as medidas gizadas não funcionam e equacionar alternativas, ao invés de ficar à espera que a realidade se adeque ao nossos desejos.”

Consultor financeiro e business developer
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira